International Journal of Advanced Engineering Research and Science (IJAERS)
Peer-Reviewed Journal
ISSN: 2349-6495(P) | 2456-1908(O)
Vol-9, Issue-9; Sep, 2022
Journal Home Page Available: https://ijaers.com/
Article DOI: https://dx.doi.org/10.22161/ijaers.99.55



There is no Candomblé Without Leaves: The importance of nature in the religion's rites

Não Existe Candomblé Sem Folhas: A importância da natureza nos ritos da religião

Ricardo Carneiro Bastos[1], Jorge Luiz Schirmer de Mattos[2], Wagner Lins Lira[3], José Nunes da Silva[4]

[1]Doutorando do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Brasil.
[2]Doutor em Zootecnia. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Brasil.
[3]Doutor em Antropologia. Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Brasil.
[4]Doutor em Sociologia. Professor do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Brasil.

Received: 30 Aug 2022,

Received in revised form: 21 Sep 2022,

Accepted: 25 Sep 2022,

Available online: 30 Sep 2022

***Keywords*— Candomblé, Disenchantment, Environment, Nature.**

***Palavras-chave*— Candomblé, Desencantamento, Meio Ambiente, Natureza.**

Abstract *— We are living through an environmental crisis unprecedented in human history. This problem highlights the ethical and moral crisis and the environmental imbalance that affects the quality of life on the planet, such as global warming and the current global health situation. In this sense, the starting point of this discussion involves understanding the society-nature relationship, that is, understanding at what point in civilizational history this relationship was broken. This distancing of society from nature is related to the emergence of capitalism and, therefore, to the process of disenchantment of the world and nature. Thus, the present article, based on a bibliographical research, relates religion, through Candomblé, with the environmental issue, and the dialectics of the practice of religious rites with the environment, starting from the premise that Candomblé and its practitioners share the ecological vision.*

Resumo *—Vivemos uma crise ambiental sem precedentes na história da humanidade. Destaca-se nessa problemática, a crise ética e moral e a o desequilíbrio ambiental que atinge a qualidade de vida no planeta, tal como o aquecimento global e da atual conjuntura sanitária mundial. Nesse sentido, o ponto de partida dessa discussão passa pelo entendimento da relação sociedade-natureza, isto significa, entender em que momento da história civilizacional essa relação foi rompida. Esse distanciamento da sociedade com a natureza é concernente ao surgimento do capitalismo e, portanto, ao processo de desencantamento do mundo e da natureza. Assim, o presente artigo, a partir de uma pesquisa bibliográfica, relaciona a religião, através do Candomblé, com a questão ambiental, e a dialética da prática dos ritos religiosos com o meio*

ambiente, partido da premissa que o Candomblé e os seus praticantes comungam da visão ecologista.

I. INTRODUÇÃO

"Euá, Euá
É uma moça cismada
Que se esconde na mata
E que não tem medo de nada
Euá, Euá
Não tem medo de nada
O chão, os bichos
As folhas, o céu."
(Gilberto Gil & Caetano Veloso)

Refletir sobre as questões ambientais, a necessidade de proteção do meio natural e da sustentabilidade da biodiversidade são essenciais para a preservação dos territórios e dos povos que neles convivem. Com as religiões afro-brasileiras não é diferente, uma vez que apresentam fortes ligações com a natureza.

Nesse sentido, após revisão bibliográfica, percebe-se que alguns autores colocam as religiões afro-brasileiras com um *status* de ecológica. No presente artigo, apontamos a evolução histórica da ecologia como movimento ambientalista, em consonância com o conceito de sustentabilidade. Portanto, a visão apresentada ressalta a ecologia política, linha que tende a considerar não apenas o território, mas a própria socionatureza como a base do processo produtivo e como palco de conflitos (Jatobá, Cidade & Vargas, 2009).

Para Santos (2011), nos deparamos com afirmações do tipo que as práticas ecológicas dessas religiões precedem os movimentos ecológicos, haja vista que a reverência aos elementos da natureza, corporificados nos orixás, fazem parte do bojo da sua experiência religiosa. O autor também reforça que, essas religiões são intrinsicamente preservacionistas, em virtude da utilização de espaços naturais (rios, matas, cachoeiras e outros) como locais de cultos e, por último, considera que a visão ecológica é uma das heranças da tradição africana preservada nessas religiões.

Para Pereira (2013, p. 02), muitos acreditam

> em um Deus imutável, ou em Deuses imutáveis, não sujeitos à ação do tempo, nem à evolução dos seres viventes. Quanto a isso, tenho que é possível desconfiar que Ele ou Eles vivem em constantes mudanças, apenas o fazem antes de nós, pois são mais ligeiros, mais velozes, feito a correnteza de um rio raso, bem diferentes dos rios profundos, que correm devagar, lentos, quase preguiçosos, como se não quisessem chegar ao mar ou a lugar algum. É possível que estas e outras questões semelhantes tenham contribuído para o contínuo afastamento de tantos religiosos e religiosas das questões relativas ao meio ambiente e a sustentabilidade do planeta.

Nesse contexto, em virtude da dissonância entre a questão ambiental e as práticas entre sociedade e a natureza, esse artigo intenta estabelecer uma discussão dialógica entre religião e meio ambiente. Conforme preconiza Martins (2015), nas práticas do Candomblé, a natureza é o sagrado, onde acontece a comunhão entre o mundo espiritual e o material que deve ser reverenciado e bem cuidado. Esta convicção alinha as práticas herdadas das religiões africanas e incorporadas ao Candomblé a uma das maiores inquietações da atualidade: a preservação da biodiversidade.

Estamos diante de duas temáticas atuais e imperiosas: o crescimento das religiões através da busca pela religiosidade em função das vicissitudes contemporâneas, que coloca a religião como fenômeno social. E a crise ambiental que atinge a qualidade de vida no planeta, a exemplo do desmatamento, uso indiscriminado de agrotóxicos, mudanças climáticas, entre outros.

Assim, a utilização da natureza nos ritos religiosos pelo candomblé, nos remete ao cerne dessa discussão. No primeiro momento, a falta de áreas naturais nas proximidades dos terreiros e, depois, a utilização de Unidades de Conservação para os rituais da religião.

O interesse por essa pesquisa surgiu na disciplina *Cultura, Identidade e Território*, após leitura e discussão do texto "Colonização, quilombos: modos e significado" de Antônio dos Santos Bispo. No referido texto, Bispo (2015) ao falar sobre povos quilombolas e religiosidade ressalta que, nos terreiros, em momentos de celebrações, é compartilhada a sabedoria da ancestralidade e a força viva da natureza, de acordo com a situação de cada pessoa da comunidade.

Enfatiza-se, por último, a contribuição dessa pesquisa para o Candomblé e para os seus praticantes no sentido de, conforme Murad (2013), qualificar uma experiência religiosa que favoreça uma relação social desses credos com tolerância e liberdade religiosa.

II. METODOLOGIA

A pesquisa é considerada um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer tratamento científico. Debruça-se na perspectiva de encontrar respostas a questões propostas utilizando métodos científicos (Lakatos & Marconi, 2003).

Nesse contexto, uma das primeiras etapas de uma investigação científica é a pesquisa bibliográfica (Lakatos & Marconi, 2003). Fase em que o pesquisador realiza a busca minuciosa de obras já publicadas, dentre as quais: livros, periódicos, artigos científicos, revistas, dissertações, teses, internet, entre outras, para melhor conhecer e analisar o objeto de estudo a ser pesquisado.

Desse modo, trata-se de uma etapa imprescindível que consiste em identificar os principais trabalhos já realizados capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema da pesquisa. Com isso, é importante ressaltar que, a pesquisa realizada servirá como fundamentação teórica para um novo olhar sobre o tema proposto.

Isto posto, em concordância com Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa bibliográfica não é mera recorrência do que já foi dito ou escrito sobre alguns temas, mas traz a possibilidade de um novo enfoque, propiciando conclusões inovadoras.

Assim, o procedimento metodológico adotado no presente artigo, consiste na tipologia pesquisa bibliográfica, partindo do pressuposto teórico dos temas: ecologia, natureza e candomblé. Espera-se, portanto, que essa discussão traga novos horizontes para a pesquisa científica.

III. DO CAPITALISMO NASCENTE AO DESENCANTAMENTO DA NATUREZA

Vivemos hoje uma crise civilizatória sem precedentes. Destaca-se nessa problemática a crise ética e moral e a crise ambiental que atinge a qualidade de vida no planeta, a exemplo do aquecimento global e da atual conjuntura sanitária mundial, da vivência da pandemia da COVID-19. Diante de um panorama tão estarrecedor cabe-nos uma pergunta e uma reflexão: como chegamos nesse cenário?

O ponto de largada dessa discussão passa pelo entendimento da relação sociedade-natureza, ou seja, entender em que momento da história civilizacional essa relação foi rompida. Para muitos pensadores esse distanciamento da sociedade com a natureza é concernente ao surgimento do capitalismo. Nesse sentido, Unger (1991), fala em desencantamento do mundo, portanto, o desencantamento da natureza. Para a autora, "no caso do capitalismo nascente, há uma necessidade de realizar o que Weber chamou de desencantamento do mundo" (Unger, 1991, p. 52), ou seja, a natureza precisa estar desprovida de encantos e reduzida aos seus aspectos produtivos.

De acordo com Pierucci (2003, p. 30), ao originar o termo desencantamento do mundo, Weber procurou inspiração em outra descrição do poeta e filósofo Friedrich Schiller, em que "para condensar numa única expressão os impactos da modernidade sobre a mãe natureza, Schiller teria pensado num efeito de 'desdivinação', ou, dizendo-a aqui de outra forma também possível em português, um efeito de 'desendeusamento da natureza'".

Assim, o âmago do processo de desencantamento do mundo, segundo Ramalho (2019, p. 06) "está na naturalização deste, naturalização significando o inverso do que é divino, sagrado, ou seja, o mundo perde seu caráter sagrado, em particular o mundo natural". Dessa forma, a dessacralização levada pelo desencantamento do mundo é marcada na relação ser humano-natureza através da separação e desvalorização entre ambos.

Na tradição judaico-cristã isso ocorre, particularmente, devido, particularmente, à negação da imanência, do dualismo metafísico e do antropocentrismo. A negação da imanência é a rejeição à existência de divindades ou forças anímicas que habitam ou são parte deste mundo, prevalecendo apenas a crença num deus distante e desconectado deste plano; o dualismo metafísico separa tudo em binômios – sendo um deles cultura-natureza – e lhes impõe valores positivos e negativos, o que, em última instância, implica na rejeição deste mundo por associação ao mal, à tentação; o antropocentrismo – o qual não exclui a concepção teocêntrica judaico-cristã – põe o ser humano como exterior e superior à natureza (Ramalho, 2019, p. 06).

Dessa forma, o desencanto do mundo e o desencanto da natureza estão intrinsicamente relacionados ao antropocentrismo e ao processo de dessacralização impulsionada pelo capitalismo. Assim, Silva e Tavares de Lima (2018) ressaltam a importância de salientar que a maneira hegemônica de compreender o mundo, oriunda de uma perspectiva eurocêntrica e colonialista, é agravada, sobretudo, nas sociedades capitalistas.

No mundo ocidental, conforme Soffiati (2008), é a partir do início do ano de 1970 que se percebe uma crise ambiental planetária exteriorizada pelo esgotamento dos recursos naturais não-renováveis, principalmente os fosseis.

Nesse contexto, instalada uma crise ambiental e civilizacional, cabe aqui apresentar uma breve linha histórica do movimento ecológico, apontando alguns marcos referenciais dessa trajetória.

O vocábulo Ecologia foi citado pela primeira vez, segundo Barbosa e Silveira (2018), em 1866 pelo biólogo alemão Ernest Heinrich Haeckel em sua obra "*Generelle Morphologie der Organismen*". Na obra , Haeckel a define como sendo a ciência capaz de compreender a relação do organismo com seu ambiente.

Não obstante, de acordo com Kato e Martins (2016, p. 194), o botânico inglês Arthur George Tansley introduziu o conceito de Ecossistema.

> Mas me parece que a concepção fundamental, o sistema inteiro (no sentido da física), inclui não apenas o organismo complexo, mas também o complexo dos fatores físicos como um todo, constituindo o que chamamos de meio ambiente do bioma – os fatores do habitat no sentido amplo (Kato; Martins, 2016, p. 194).

Dessa forma, ele enfatizou a integração dos fatores bióticos e abióticos, isto é, ampliou na sua definição uma visão sistêmica.

De certo, a definição desses conceitos foram fundamentais para o embasamento da ecologia. Porém, outras passagens ao longo do curso histórico/civilizacional foram imperiosas nessa trajetória. Nesse sentido, ressalta-se a publicação do livro "Primavera Silenciosa" da jornalista Rachel Carson em 1962. Na publicação, a jornalista denuncia ao mundo o abuso de produtos químicos na agricultura e suas consequências para o meio ambiente e sociedade.

Igualmente, também na década de 1960, inicia-se um movimento chamado de contracultura que se coloca na contramão dos padrões estabelecidos socialmente, inclusive questionando os padrões de consumo dos países do Primeiro Mundo. O ápice dessa contestação deu-se nos Estados Unidos, com o movimento *hippie*. Outros movimentos estiveram associados à contracultura a exemplo do feminismo, a cultura de paz em objeção a guerra, a exemplo do Conflito do Vietnã, além de contestações políticas contra opressão social, por classe social, gênero ou cor.

Os movimentos ambientais e sociais apresentados acima, sinalizam para a importância da discussão do paradigma ecológico diante de uma crise ambiental sem precedentes na história. A partir da segunda metade do século XX o mundo pôde acompanhar e vivenciar as sequelas de um sistema remanescente da Revolução Industrial que, por visar apenas a produtividade com foco no crescimento econômico, não atentou pela qualidade do ambiente e a consequente saúde da população (Matos; Santos, 2018).

Assim, as consequências sobre o meio ambiente são de proporções catastróficas a exemplo de contaminações de rios, poluição do ar, vazamento de produtos químicos nocivos, a perda de milhares de vidas e, impactado inclusive negativamente nos biomas brasileiros. A crise ambiental que vivenciamos provoca na sociedade a reflexão sobre a necessidade de novos paradigmas de ordem ideológica e de valores da própria sociedade, levando a repensar a ética do progresso que orienta a técnica, ao menos desde o início da modernidade (Matos; Santos, 2018). Fica, portanto, perceptível que tal crise é evidenciada, por inerência, como um fenômeno da crise da própria modernidade e do processo de modernização, embasados na separação do homem da natureza e na racionalização e no progresso como desenvolvimento.

3.1 Candomblé: natureza e religião

Nessa trajetória, algumas sociedades tradicionais, a exemplo dos povos quilombolas mantém uma relação mais harmoniosa com a natureza, a partir das suas práticas culturais e religiosas.

No entanto, antes de avançar na discussão, Silva e Tavares de Lima (2018, p. 2) fazem uma ressalva sobre as variedades de "práticas de matrizes africanas que poderiam, através de rápidas generalizações, ser chamada de candomblé". Eles creditam essa disseminação ao fato de, historicamente, os candomblés no Brasil, surgirem da associação de diversas práticas e crenças que tiveram origem em variados locais do continente africano.

Assim, busca-se uma reflexão acerca da relação religião e natureza. Para Hora Filho (2016, p. 41) "a mística do Candomblé é manifestada por seus praticantes através de incorporações e oferendas nas quais acreditam canalizar as forças presentes na natureza".

O aspecto que mais se destaca dessas religiões com relação à questão ambiental está no fato de a natureza ser um elemento central no seu modo de perceber o divino, pois é nos rituais e cultos aos Orixás que as matrizes africanas se revelam mais intensamente. Para Martins, (2015, p. 269):

> A consciência ambiental é primordial para os seguidores e seguidoras dos Orixás. A cosmovisão Africana e Afro-Brasileira identifica os Orixás como sendo a natureza, assim é natural que nos Candomblés, se aprenda a conservar e conviver com a natureza, tornando cada Ilê (templo), um polo de resistência aos descuidos com o Meio ambiente, e no qual, cada habitat ou elemento natural está relacionado a um Orixá, que por sua vez, tem como uma de suas características, preservar o planeta com a sua natureza e a humanidade.

Dessa forma, a utilização e a identificação com os elementos da natureza são fundamentais para a ritualística do Candomblé. Prandi (2001) destaca que o Candomblé conserva a ideia de que as plantas são fontes de axé, a força vital sem a qual não existe vida ou movimento, que sem esta, o culto não pode ser realizado.

Nas religiões afro-brasileiras, a exemplo do candomblé, é comum combinar diferentes ervas ou folhas a diferentes entidades ou espíritos. Muitos são os orixás, e cada um possui o seu domínio; aqueles mais ligados ao domínio da mata são Oxóssi, Ossaim ou Ogum, onde o sincretismo com os elementos vegetais é comum (Silva & Silva, 2019).

Além desses elementos, ressalta-se o uso das folhas sagradas que se usa em suas iniciações e magias, uma vez que, reconhecer as folhas faz parte do fundamento religioso e da ligação homem-natureza-divindade. Sendo assim, conforme Soares Filho e Rocha (2019), vale ressaltar que em todo ritual do Candomblé há a presença constate de folhas e isso evidencia a importância da questão ambiental para os praticantes do culto já que é atribuída às folhas, valores que atestam a vinculação entre a ritualística das religiões afro-brasileiras e os elementos naturais.

Dessa maneira, nos terreiros de Candomblé, a convergência entre natureza e religião, na qual estes elementos estão intimamente ligados, estabelece um terreno fértil ao processo de respeito e conservação ambiental. Ressalta-se que, quando os Candomblés se localizavam em territórios rurais, existia a manutenção de espaços de vegetação no próprio terreiro. No entanto, atualmente a maioria dos terreiros estão localizados em grandes centros urbanos, ou seja, tornou essa aproximação com a natureza mais limitada. distante.

Nos centros urbanos, ou em áreas adjacentes, existem matas que são preservadas por leis ambientais. A Lei 9.985/2000, que instituiu no Brasil o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), apresenta duas categorias de manejo para Unidades de Conservação (UCs): as de Proteção Integral e de Uso Sustentável.

As Unidades de Conservação (UCs) foram criadas para proteger ecossistemas e biomas em acelerado processo de degradação ambiental, em virtude dos impactos sofridos por esses ambientes naturais no processo de colonização do nosso país.

No Brasil, os ciclos econômicos como a civilização do açúcar, a mineração, a borracha, e o processo de urbanização concentrados, especialmente, na zona litorânea, contribuíram para o processo acelerado de desmatamento dessas áreas naturais, tendo como consequência a drástica diminuição desses espaços, a exemplo da Mata a Atlântica, que hoje conta com 5% a 7% da área natural.

Nesse sentido, as oferendas do Candomblé devem, inevitavelmente, serem realizadas junto a natureza, como em cachoeiras, árvores, rios de água limpa. Exemplo dos rituais umbandistas e candomblecistas na cidade do Rio de Janeiro, que tradicionalmente realizam essas práticas em duas Unidades de Conservação: O Parque Nacional da Tijuca e o Parque Estadual da Pedra Branca (Santos Júnior, Machado & Vilani, 2021).

Desse modo, o Candomblé é reconhecido como uma religião que apresentam fortes ligações com a natureza:

> O elemento natural compõe parte intrínseca e fundamental nas suas práticas religiosas. Mais do que presente na natureza, os Orixás no panteão africano seriam transfigurações dos elementos naturais, razão mais que suficiente para que os seus praticantes se voltem para a proteção do meio ambiente como forma de preservar as suas divindades, garantir condições para que as oferendas, preceitos e a ritualística se mantenha como ligação entre o indivíduo e o sagrado (Soares Filho & Rocha, 2019, p.08).

Contudo, Boaes e Oliveira (2011) afirmam que, para alguns ecologistas, os praticantes do Candomblé podem ser vistos tanto como protetores do pensamento ecológico, quanto como poluidores da natureza, em virtude das suas práticas religiosas – particularmente o sacrifício animal e a entrega de oferendas às divindades em áreas verdes ou em áreas de preservação ambiental. Assim, as religiões afro-brasileiras e seus praticantes ora são vistos como "ecologistas espirituais" ora como "degradadores do meio ambiente", dependendo da ótica pela qual estão sendo analisadas.

No entanto, a tradição do culto tem cedido lugar aos apelos ambientais, a partir de acusações de degradação do meio ambiente por adeptos das religiões afro-brasileiras. As queixas são referentes aos ritos com oferendas que são oferecidas nas matas, rios, mares, além de outros ambientes naturais. Tais imputações, são relativas a mudanças incorporadas pelas facilitações do mundo moderno, a exemplo das velas que antes eram produzidas com cera de abelhas e atualmente são substituídas pelas fabricadas com parafina.

Além disso, a utilização do plástico e do vidro nas oferendas, ou seja, a troca de materiais biodegradáveis por outros não-biodegradáveis. Nesse ponto, assevera Soares Filho e Rocha (2019), se instala uma situação de conflitos entre seus praticantes e outros atores da sociedade, tal

como de proibições do acesso das comunidades religiosas a espaços de preservação ambiental.

Nesse contexto, Belém (2008, p. 46) assegura que, “em um meio ambiente devastado, não há a menor chance dessa tradição religiosa sobreviver”. Nesse mesmo sentido, conforme preconiza Botelho (2011, p. 10), a continuidade dos “ritos feitos para Ossaim é fundamental a manutenção e preservação da natureza, uma vez que o Orixá se afasta quando o elemento revelador de sua força se acaba. Não existe Candomblé sem esse Orixá, porque não há Candomblé sem folha”. Assim, diante do exposto, salienta-se a importância que a religião atribui às folhas, ressaltado no título desse trabalho como uma relação que sinaliza o uso delas com a questão ambiental e a vinculação entre a ritualística do candomblé com os elementos da natureza.

Dessa forma, essa discussão nos remete a relação entre a crise ambiental e o futuro dessas práticas religiosas. Para Matos e Santos (2018) o que se deve evidenciar, sem sombra de dúvidas, é a subsistência de uma interlocução que busque harmonizar os interesses dessas duas vertentes aparentemente antagônicas: a preservação ambiental e a manutenção dos ritos religiosos. Nesse sentido, alguns resultados começam a se desenhar a exemplo da criação de leis específicas, a exemplo:

> Decreto Federal 3551/00, que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial; do Decreto nº 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais; da criação de espaços especialmente destinados ao uso pela comunidade religiosa de matriz africana, denominados ‘zonas especiais de interesse social’, de acordo com a Lei 10.257/01, já existentes em Salvador (Matos & Santos, 2018, p. 29).

Também, de acordo com Matos e Santos (2018), merece menção a criação de espaços sagrados reservados adotado pelo estado do Rio de Janeiro, denominado “Espaço Sagrado”, que consiste na criação de espaços reservados para cultos e práticas religiosas. No entanto, o mapeamento desses territórios merece ressalva e um olhar mais atento, em virtude da possibilidade de aumentar a segregação desses territórios afrorreligiosos.

IV. CONCLUSÃO

Há concordância entre os estudiosos sobre a existência de uma crise ambiental mundial, reflexo do processo de degradação do meio ambiente. Como consequência, pode-se citar, entre outros, o aquecimento global e as mudanças climáticas do planeta. Também compreendem que o crescimento do capitalismo e do consumo foram responsáveis pelo atual quadro de degradação ambiental.

Com o capitalismo nascente, percebe-se um afastamento entre sociedade e natureza que leva ao desencantamento do mundo e no desencantamento da natureza, ou seja, ao processo de dessacralização. No entanto, reconhece-se que algumas sociedades tradicionais, como os povos quilombolas, têm uma relação mais harmoniosa com a natureza, simbolizada na relação com a terra, com a ancestralidade, com o território e com o meio ambiente.

Assim sendo, Unger (1991) ressalta que esse desencantamento do mundo é na verdade o desencantamento do nosso olhar que se torna frio e opaco ao nos distanciarmos da natureza. Portanto, reencantar o mundo é reencantar o nosso olhar.

Nesse sentido, o Candomblé é relacionada como uma religião voltada para o meio ambiente, em virtude dos seus rituais ligados a natureza, rios, mares e matas. Também creditam a importância das folhas nos ritos sagrados.

Diante do exposto, percebe-se que em um momento a religião recebe uma conotação preservacionista e, em outras referências relacionam o Candomblé a uma religião conservacionista. Faz-se, portanto, imperioso destacar que se trata de dois conceitos diferentes. Segundo Brito, Brito e Souza (2015), os principais atributos do conservacionismo provêm da sobrecarga imposta à natureza e o modo de se organizar a sociedade, é a maneira como a sociedade utiliza os recursos naturais.

O preservacionismo também conhecido como ecologia profunda ou *deep ecology* (Diegues, 2008), tem sua base na conservação dos recursos naturais e tem uma essência conceitual romântica. Os principais mentores desta corrente são os ecologistas radicais que defendem o homem como parte intrínseca da natureza.

Por fim, destaca-se a preocupação da religião candomblé com a prática conservacionista, em virtude de um uso racional da natureza como garantia da perpetuação dos seus rituais religiosos.

REFERÊNCIAS

[1] Barbosa, L. L. P., Silveira, A. (2018) Representações do conceito de Ecologia: análise de livros didáticos e concepção de alunos de ciências biológicas. *Tear: Revista de Educação Ciência e Tecnologia*, *7*(1), 1-20. Recuperado de https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/download/2577/2020.

[2] Belém, I. C. C. (2008). *Mitos pantaneiros e africanos nos círculos de aprendizagens ambientais*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, Brasil. Recuperado de https://onedrive.live.com/view.aspx?cid=17DC7D667214610D&resid=17DC7D667214610D%21349&app=WordPdf.

[3] Bispo, A. S. (2011). *Colonização, quilombos: modos e significado.* Universidade de Brasília: Brasília.

[4] Boaes, A. G., Oliveira, R. S. (2011). Religiões Afro-Brasileiras e Ética Ecológica: ensaiando aproximações**.** *Revista Brasileira de História das Religiões*, *3*(9). Recuperado de http://www.dhi.uem.br/gtreligiao.

[5] Botelho, P. F. EWÉ AWO: o segredo das folhas no candomblé da Bahia. (2011). *Educação, Gestão e Sociedade*, São Paulo, *1*(4), p. 1-13. Recuperado de http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/uploads/20170427132906.pdf.

[6] Brito, B. L., Brito, D. M. C., Souza, E. A. (2015). Pressupostos teóricos de proteção da natureza. *Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas*. Macapá, *7*, p. 141-147. Recuperado de file:///C:/Users/ricar/Downloads/2240-9338-1-PB%20(3).pdf.

[7] Diegues, A. C. S. (2008) *O Mito Moderno da Natureza Intocada*, 6a ed., São Paulo: HUCITEC.

[8] Hora Filho, E. A. (2016). *Ecopedagogia no Terreiro de Candomblé Angola*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil. Recuperado de https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/19463.

[9] Jatobá, S. U. S., Cidade, L. C. F., Vargas, G. M. (2009). Ecologismo, Ambientalismo e Ecologia Política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. *Sociedade e Estado*, Brasília, 24(1), p. 47-87. Recuperado de https://www.scielo.br/j/se/a/CSrVxYphhYvHrgcZgRNF8WF/?format=pdf&lang=pt.

[10] Kato, D. S., Martins, L. A. P. (2016). A sociologia de plantas: Arthur George Tansley e o conceito de ecossistema (1935). *Filosofia e História da Biologia*, *11*(2), p. 189-202. Recuperado de https://www.abfhib.org/FHB/FHB-11-2/FHB-11-2-Danilo-S-Kato_Lilian-A-C-P-Martins.pdf.

[11] *Lei 9.985, de 18 de julho de 2000*. (2000). Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília: Casa Civil. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm.

[12] Marconi, M. A., Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos da Metodologia Científica*. 5a ed., São Paulo: Atlas.

[13] Martins, F. R. (2015). *Candomblé e Educação Ambiental: uma possível e construtiva relação.* 2015. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil. Recuperado de https://www.ppgcma.propesp.ufpa.br/index.php/br/teses-e-dissertacoes/dissertacoes/50-2015.

[14] Martins, F. R. (2015). Educação Ambiental e Candomblé: afro-religiosidade como consciência ambiental. *Paralellus - Revista Eletrônica em Ciências da Religião*, Recife, *6*(12), p. 265-278. Recuperado de http://www.unicap.br/ojs/index.php/paralellus/article/view/353/pdf.

[15] Matos, S. M. S., Santos, A. C. (2018). Modernidade e crise ambiental: das incertezas dos riscos à responsabilidade ética. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. *41*(2), p. 197-216. Recuperado de https://www.scielo.br/j/trans/a/K8Cj5mFky7B39SpVpHWt34F/?lang=pt.

[16] Murad, A. T. (2013) Consciência planetária, sustentabilidade e religião: consensos e tarefas. *Horizonte - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião*, Belo Horizonte, 11(30), p. 443-475. Recuperado de http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/issue/view/340.

[17] Pereira, P. C. (2013). Religião e sustentabilidade: meio ambiente e qualidade de vida. *Paralellus - Revista Eletrônica em Ciências da Religião*, Recife, *4*(8), p. 131-135. Recuperado de http://www.unicap.br/ojs/index.php/paralellus/article/view/312/320.

[18] Pierucci, A. F. (2003). *O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber.* São Paulo: Editora 34.

[19] Prandi, R. (2001). *Mitologia dos Orixás*. São Paulo: Companhia das Letras.

[20] Ramalho, E. (2019). A relação ser humano-natureza no desencantamento religioso do mundo. *Último Andar*, São Paulo, *33*, p. 02-18. Recuperado de https://doi.org/10.23925/1980-8305.2019.i1p2-18.

[21] Santos Júnior, V. J., Machado, C. J. S., Vilani, R. M. (2021). Turismo e práticas afrorreligiosas em unidades de conservação: uma relação conflituosa? *Revista Iberoamericana de Turismo - RITUR, 11*, p. 297-321. Recuperado de file:///C:/Users/ricar/Downloads/12763-Texto%20do%20Artigo-50835-1-10-20211016.pdf.

[22] Santos, R. O., Gonçalves, A. G. B. (2011). A natureza e seus significados entre adeptos das religiões afro-brasileiras. *Revista Brasileira de História das Religiões*, Maringá, *3*(9). Recuperado de http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html.

[23] Silva, J. N., Tavares De Lima, J. R. (2018). Povos de Terreiros e construção do conhecimento agroecológico: notas para um debate. *Cadernos de Agroecologia*, São Paulo, *13*(1). Recuperado de http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/index.php/cadernos/issue/archive. Acesso em: 22 abr. 2022.

[24] Silva, M. C., Silva, V. (2018). Um bosque de folhas sagradas: o santuário da umbanda e o culto da natureza. *Interagir: pensando a extensão*, Rio de Janeiro, *26*, p. 11-33. Recuperado de https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/interagir/article/view/39594/29233.

[25] Soares Filho, V., Rocha, J. D. T. (2019). Candomblé: tradição e resiliência rumo a sustentabilidade, há espaço na agenda ODS 2030? In *Anais do 21o Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente*. São Paulo: ENGEMA. Recuperado de http://engemausp.submissao.com.br/21/anais/arquivos/118.pdf.

[26] Soffiati, A. As religiões diante da crise ambiental da atualidade. (2008). *Educação, ambiente e sociedade: ideias e práticas em debate*. Serra: Companhia Siderúrgica de Tubarão.

[27] Unger, N. M. (1991). *O encantamento do humano: ecologia e espiritualidade*. São Paulo: Loyola.